

## EDITORIAL

# Avanço do microcrédito

A estimativa de que a concessão de microcrédito, nas comunidades pacificadas e em vias de pacificação no Rio, deverá alcançar 7 mil contratos este ano, com empréstimos totalizando R\$ 35 milhões – tal como informou o chefe do Departamento de Microcrédito da Agência Estadual de Fomento do Rio de Janeiro (AgeRio), Helber Venâncio, ao participar nesta quarta-feira de reunião promovida pela Associação Brasileira das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), na qual se debateu o Sistema Nacional de Fomento – deixa entrever um avanço significativo do programa, sabendo-se que em 2013 foram concedidos R\$ 10,3 milhões em 2.026 contratações e, há dois anos, quando foi lançado, somou R\$ 400 mil em 102 contratos.

A taxa de inadimplência atual, de 1,36%, não deixa de refletir também um aspecto positivo da iniciativa, e a meta até 2018 é atingir uma carteira com 20 mil pequenos empreendedores financiados nessas comunidades.

O programa de microcrédito da AgeRio está presente em 37 regiões que abrigam comunidades com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), além das regiões do Complexo da Maré, em processo de pacificação, e de Rio das Pedras, Covança e Gardênia Azul, onde essas unidades ainda não existem.

Veja-se, como foi igualmente informado na oportunidade, que os financiamentos são baseados em recursos do Fundo UPP Empreendedor, criado pela Lei Estadual 6.139/2011, enquanto, nas demais, é adotado o Programa Microcrédito AgeRio, utilizando recursos do Banco Nacional de Desenvolvi-

mento Econômico e Social (BNDES), com a contrapartida de recursos próprios, para incentivar o empreendedorismo no estado. O objetivo, aliás, é que as prefeituras possam aderir e que a operação seja efetivada em parceria com as administrações municipais.

O microcrédito é usado, exclusivamente, em atividades produtivas nas comunidades e os segmentos mais procurados têm sido os de alimentação, vestuário e salão de beleza, verificando-se que atividades de pesca também já buscaram financiamento, além de albergues, que têm atraído visitantes de outros estados e países.

Um dos efeitos diretos do financiamento é, como se reconhece, motivar os microempreendedores à legalização de seu negócio, variando o valor do crédito concedido através do Fundo UPP Empreendedor de R\$ 300 a R\$ 15 mil, com taxa de juros de 3% ao ano, carência de três meses e prazo de pagamento de até 24 meses.

Não há dúvida, pois, pelos dados acima enunciados, bem como pela receptividade obtida, que o programa de microcrédito da AgeRio se converte, a esta altura, em um instrumento que tem contribuído de forma expressiva para o estímulo ao empreendedorismo e, conseqüentemente, para o alcance dos objetivos que inspiraram a implantação das UPPs, estas reconhecidas, afinal, como experiência das mais valiosas e como referência da própria política de segurança pública, desdobrada ainda em outros projetos que se sucedem no âmbito do processo de pacificação e centrados, principalmente, na inserção social dos jovens através da educação e do trabalho.